

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUKAS GABRIEL TAVARES PACHECO

**ATIVO INTANGÍVEL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS LISTADAS NA B3 NO
PERÍODO DE 2019 A 2022**

**RIO VERDE, GO
2023**

LUKAS GABRIEL TAVARES PACHECO

**ATIVO INTANGÍVEL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS LISTADAS NA B3 NO
PERÍODO DE 2019 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso II
do Curso de Graduação em
Ciências Contábeis da Universidade
de Rio Verde (UniRV).

Orientador: Prof. Me. Ricardo Neves
Borges

**RIO VERDE, GO
2023**

RESUMO

A intangibilidade é um dado de grande relevância para os investidores, porém, ainda há empresas financeiras que não registram seus intangíveis no balanço patrimonial ou explicam-se quanto aos investimentos feitos e quanto às aquisições e amortizações de forma consistente e completa em suas notas explicativas. Assim, o presente trabalho teve como objetivo central analisar o ativo intangível das instituições financeiras listadas na B3 no período de 2019 a 2022. Realizou-se identificação descritiva dos balanços e notas explicativas nas 15 instituições estudadas. Concluiu-se que, de modo geral, não são todas as empresas que evidenciam todos os dados elencados pela checklist utilizada no estudo e os identificam e mensuram em suas demonstrações.

Palavras-chave: Intangibilidade. Investidores. Notas Explicativas.

ABSTRACT

Intangibility is a highly relevant piece of information for investors, however, there are still financial companies that do not record their intangibles on the balance sheet or explain the investments made, acquisitions, and amortizations in a consistent and complete manner in their explanatory notes. Thus, the main objective of this work was to analyze the intangible assets of financial institutions listed on B3 in the period from 2019 to 2022. We carried out descriptive identification of balance sheets and explanatory notes in the 15 institutions studied. We concluded that, in general, not all companies show all the data listed in the checklist used in the study and identify and measure them in their statements.

Keywords: Intangibility. Investors. Explanatory Notes.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Composição da amostra do estudo | 28 |
| Quadro 2 - População do estudo | 29 |
| Quadro 3 - Resultados da pesquisa..... | 31 |
| Quadro 4- Exclusões | 40 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA | 6 |
| 1.2 OBJETIVO GERAL..... | 7 |
| 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 7 |
| 1.4 JUSTIFICATIVA | 8 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 9 |
| 2.1 ATIVO INTANGÍVEL | 9 |
| 2.2 VIDA ÚTIL DO ATIVO INTANGÍVEL | 12 |
| 2.3 A TRANSIÇÃO DOS BANCOS PARA O DIGITAL E SUA SEGURANÇA | 13 |
| 2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DA QUALIDADE DAS DECISÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS..... | 14 |
| 2.5 NOTAS EXPLICATIVAS APLICADAS AO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO | 24 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 25 |
| 3.1 NATUREZA DA PESQUISA..... | 25 |
| 3.2 TIPOS DE PESQUISA | 26 |
| 3.3 TÉCNICA DE PESQUISA | 26 |
| 3.4 AMOSTRAGEM DOS DADOS | 27 |
| 3.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA | 29 |
| 3.6 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS | 30 |
| 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 31 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |
| REFERÊNCIAS | 35 |

1 INTRODUÇÃO

Em uma realidade com tamanhas transformações advindas da globalização, o surgimento de diversas ferramentas tecnológicas bancárias é de grande relevância para as instituições financeiras e para os seus clientes, tendo em vista que a necessidade das pessoas está se modificando cada vez mais e em uma velocidade maior (ALMEIDA NETO, 2018). De acordo com Kane et al. (2017), as modificações digitais são a consequência de processos e práticas de negócios para responder às tendências do novo mercado, sendo a transformação digital uma realidade.

O desenvolvimento tecnológico dos bancos do país trouxe benefícios para o sistema financeiro e desempenha um papel cada vez mais importante na inclusão social do cidadão brasileiro, transformando e permitindo acesso a serviços bancários com maior agilidade, segurança e custos mínimos, fazendo com que as instituições financeiras transformem seu modo de agir de acordo com as diversas necessidades (ALMEIDA NETO, 2018).

De acordo com Febraban (2021), com o intuito de se adequar ao mercado, as agências bancárias apresentam gastos com tecnologia próximos aos R\$ 25,7 bilhões, sendo que 10% desse total são voltados para a cibersegurança. Vale ressaltar que as agências bancárias apresentaram grande desempenho de crescimento em áreas tecnológicas durante e pós pandemia, visto que as medidas de isolamento social impulsionaram o celular como canal favorito dos brasileiros para pagar as contas e fazer transferências bancárias.

De acordo com dados da Febraban (2021), pela primeira vez as transações realizadas no mobile banking representaram mais da metade (51%) do total das operações feitas no país (ano-base 2020). Em 2020, o número de transações bancárias via mobile chegou a 52,9 bilhões, 70% maior que no ano anterior.

Em novembro de 2020 o PIX é lançado pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A partir deste recurso, os brasileiros puderam enviar e receber transferências com mais facilidade. De acordo com os dados da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o PIX vem apresentando um forte crescimento

desde o seu lançamento. Além disso, a Febraban também divulgou que o valor total transacionado por meio do PIX em fevereiro de 2022 foi de R\$ 707,6 bilhões, um aumento de 12,9% em relação ao mês anterior. Esses números demonstram a rápida adoção do PIX pelos brasileiros e a crescente confiança no sistema como uma forma segura e conveniente de realizar pagamentos eletrônicos.

Como consequência dessas inovações tecnológicas, os setores bancários precisam retirar de seus ativos uma quantia elevada para que os investimentos e retornos financeiros sobreponham os gastos com as despesas incorridas no processo de melhorias tecnológicas (FEBRABAN, 2020).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante dos fatos e considerando a relevância dos investimentos em tecnologias para as instituições financeiras bancárias, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o percentual de divulgação dos itens do ativo intangível por parte das instituições financeiras bancárias no período de 2019 a 2022? A fim de responder tal problemática, a pesquisa tem por objetivo verificar o percentual de divulgação do ativo intangível dos bancos brasileiros no período de 2019 a 2022. Com isso, o trabalho analisa as instituições financeiras bancárias listadas na B3 S/A Brasil, Bolsa, Balcão.

1.1 OBJETIVO GERAL

O trabalho tem como objetivo principal identificar os itens do ativo intangível, das empresas do setor bancário listadas em bolsa de valores no período de 2019 a 2022.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcance do objetivo geral, estão sendo analisados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os itens do ativo intangível divulgados pelos bancos brasileiros selecionados dentre os listados em Bolsa de valores (B3 S/A) entre 2019 a 2022;
- I – Realizar análise por meio de checklist na forma de evidenciação das

informações divulgadas pelas empresas selecionadas ao ativo intangível

1.4 JUSTIFICATIVA

O trabalho se justifica pela relevância dos investimentos em software que as instituições financeiras do segmento bancário vêm praticando nos últimos anos, que têm um impacto significativo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, na empregabilidade de pessoas, no pagamento de impostos e no desenvolvimento de outros setores econômicos. De acordo com Silva (2014), o segmento bancário tem uma importante participação no PIB brasileiro e sua evolução tecnológica tem permitido melhorias significativas na prestação de serviços financeiros. Nesse sentido, é fundamental compreender como os investimentos em software têm influenciado a competitividade do setor, a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes e o desenvolvimento econômico do país.

Cabe destacar que a pandemia da Covid-19, que começou em 2020, teve um impacto significativo no setor bancário. A análise dos valores apresentados com aquisições de intangíveis pode fornecer uma visão dos efeitos gerados pela pandemia no segmento bancário. De acordo com Feitosa (2020), o setor bancário tem passado por grandes mudanças em decorrência da pandemia, com a adoção de novas tecnologias para melhorar a experiência do cliente e adequar os processos internos e estruturas organizacionais às novas necessidades do mercado. Nesse contexto, é importante compreender como as instituições financeiras têm se adaptado à pandemia e quais são as implicações dessa adaptação para a competitividade e o desenvolvimento do setor bancário.

O interesse surgiu pela compreensão de que o setor bancário é um segmento de grande lucratividade e consistência em qualquer cenário, mesmo em tempos de crise. Assim, por meio do ativo intangível, é possível demonstrar a evolução dos bancos que se adequaram à era tecnológica e digital e que continuam em grande ascensão, merecendo, assim, a confiança e o investimento dos investidores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATIVO INTANGÍVEL

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00), ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados, o qual possui potencial de produzir benefícios econômicos futuros. Partindo dessa premissa, o CPC 04 evidencia que:

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado ou como ativo intangível, nos termos do presente Pronunciamento, a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.

Ludícibus (2017) menciona que o subgrupo intangível abriga os itens: marcas, software, licenças e franquias, receitas, fórmulas, modelos, protótipos, gastos com desenvolvimento, entre outros que atendam aos critérios de reconhecimento. Por outro lado, Perez e Famá (2006) afirmam que o ativo intangível corresponde a todo recurso (físico ou não) que esteja sob o controle de uma organização. Esse ativo pode ser utilizado para oferecer produtos ou serviços aos seus clientes, gerando benefícios econômicos futuros e cujo custo é representado pela capitalização de todos os gastos incorridos para sua aquisição ou desenvolvimento.

Marin (2014) evidencia que os ativos intangíveis formam os ativos não físicos. Eles representam o resultado da incorporação da informação e do conhecimento às atividades produtivas da entidade, tendo nos últimos tempos aumentado sua importância na composição patrimonial das instituições, garantindo sua competitividade, crescimento e desenvolvimento. Analisando especificamente o setor financeiro dos bancos brasileiros, Marin (2014, p. 20) menciona:

[...] os ativos intangíveis são classificados da mesma forma que nas

empresas em geral, porém observam-se algumas classificações mais comuns como os direitos por aquisição de folhas de pagamento que se referem aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de empréstimos consignados para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Os softwares, onde as licenças de uso são capitalizadas com base nos custos incorridos e aqueles softwares adquiridos de terceiros também são exemplos de intangíveis de empresas do setor financeiro.

O autor menciona que, no setor financeiro, a classificação de ativos intangíveis denominada "outros ativos intangíveis" se refere principalmente à carteira de clientes e à aquisição de direitos de prestação de serviços bancários. Além disso, o ágio — ou seja, o ganho na aquisição de investimento em controlada — é uma outra categoria relevante de ativos intangíveis. É importante destacar que as diferentes classificações de ativos intangíveis no setor financeiro de empresas de capital aberto, objeto de estudo da pesquisa, geralmente são detalhadas em notas explicativas das demonstrações contábeis e financeiras dos bancos (MARIN, 2014).

O CPC 04 adota as mesmas diretrizes do IAS (International Accounting Standard) 38, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), que também aborda o reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos intangíveis, mas com algumas modificações específicas para a realidade contábil brasileira.

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo CPC 04, um ativo pode ser definido como um recurso controlado por uma organização, que pode ser utilizado para produzir produtos ou serviços com o objetivo de gerar benefícios econômicos. Esses recursos podem ser tangíveis — ou seja, físicos — ou intangíveis — ou seja, não físicos, como é o caso de patentes, marcas, direitos autorais, entre outros. O reconhecimento de um ativo pressupõe que a entidade tenha controle sobre o recurso e que seja capaz de obter benefícios econômicos futuros a partir dele.

De acordo com o CPC 04, para reconhecimento do ativo intangível é necessário que se cumpram três requisitos: que seja identificável, controlável e gere benefícios econômicos futuros. Um ativo intangível satisfaz o critério de identificação quando:

- a) For separável, ou seja, puder ser vendido, transferido, alugado ou trocado, individualmente.
- b) Resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais,

independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade.

Caso esses três requisitos não sejam satisfeitos, o lançamento do gasto será realizado como despesa quando incorrido.

Conforme o CPC 04, é necessário que a entidade avalie a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos intangíveis. Para isso, deve-se utilizar premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação às condições econômicas que se espera que existam durante a vida útil desses ativos.

De acordo com o CPC 04, os ativos intangíveis devem ser reconhecidos e mensurados com base no custo de aquisição ou produção, deduzido do valor residual, se houver, e amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Em circunstâncias específicas, a norma permite que os ativos intangíveis sejam mensurados pelo valor justo, desde que esta mensuração seja confiável e possa ser feita de forma confiável. Além disso, o CPC 04 exige que os ativos intangíveis sejam avaliados regularmente para determinar se o valor contábil ainda pode ser recuperado e que a vida útil estimada e o método de amortização sejam revisados sempre que houver evidências de mudanças significativas nas premissas iniciais.

O CPC 04 (2010) estipula que é necessário diferenciar os ativos intangíveis gerados internamente dos outros ativos intangíveis, e que informações específicas devem ser divulgadas para cada uma dessas categorias:

- i) Os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem incluir todos os gastos diretamente atribuíveis às atividades de pesquisa ou de desenvolvimento;
- ii) Avaliar se a vida útil de ativo intangível é definida ou indefinida e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção ou unidades semelhantes que formam essa vida útil;
- iii) O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- iv) “A conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando, adições, aumentos, reduções, reversões etc.”.

De acordo com o CPC 04, as entidades devem divulgar os ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis de forma clara e precisa, destacando a natureza e a finalidade de cada ativo, a sua vida útil estimada, o método de amortização utilizado, o valor contábil e o montante de qualquer perda por desvalorização. Além

disso, a norma exige que a entidade divulgue as principais premissas utilizadas na determinação da vida útil e do valor residual dos ativos intangíveis, bem como quaisquer mudanças significativas nessas premissas que possam afetar o valor contábil dos ativos. As informações divulgadas devem ser relevantes e confiáveis para que os usuários das demonstrações contábeis possam entender a natureza e a importância dos ativos intangíveis na operação da entidade.

2.2 VIDA ÚTIL DO ATIVO INTANGÍVEL

O ativo intangível pode ter vida útil definida ou indefinida. O período que se espera que o ativo intangível gere entradas líquidas de caixa para a companhia é o que se chama de vida útil definida. Vida útil indefinida é quando não houver limite que possa ser previsto para o período em que se espera que o ativo intangível gere entradas líquidas de caixa para a entidade (ALMEIDA, 2019).

Com base na citação do autor Almeida (2019), é possível inferir que a amortização de um ativo intangível com vida útil definida deve ser realizada de forma sistemática ao longo do tempo, sendo que o método escolhido deve refletir o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros gerados pelo ativo intangível pela empresa. Esses aspectos são fundamentais para a contabilização precisa dos ativos intangíveis e devem ser considerados pelas empresas para garantir a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Conforme destacado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC 04 R1 (2010), é essencial que a revisão do período de vida útil e do método de amortização seja realizada pelo menos a cada encerramento do exercício social. Caso a vida útil prevista do ativo intangível seja diferente das estimativas anteriores, o prazo de amortização deve ser ajustado adequadamente, assim como o método de amortização deve ser modificado caso ocorram alterações no padrão de consumo previsto, de modo a refletir essa mudança. Essas mudanças devem ser registradas como alterações nas estimativas contábeis, garantindo a precisão das demonstrações financeiras.

No que concerne os ativos intangíveis com vida útil indefinida, eles não são amortizados e seu valor contábil é submetido a testes de recuperabilidade.

Conforme destacado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC 04 R1 (2010), é necessário revisar periodicamente a vida útil de um ativo intangível com vida útil indefinida para validar sua continuidade. Essa revisão é um indicador de que o ativo pode ter perdido valor e, nesse caso, a entidade deve realizar o teste de impairment para verificar se ocorreu uma desvalorização que deve ser reconhecida como uma perda no valor do ativo. Essas práticas são fundamentais para garantir que o valor contábil do ativo intangível seja mantido de forma adequada e reflita sua capacidade real de gerar benefícios econômicos futuros. O item 90 do Pronunciamento de Contabilidade CPC 04 R1 ressalta a importância de considerar diversos elementos ao determinar a vida útil do ativo intangível, tais como:

- a) a utilização prevista de um ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerenciado eficientemente por outra equipe de administração;
 - b) os ciclos de vida típicos dos produtos do ativo e as informações públicas sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes, utilizados de maneira semelhante;
 - c) obsolescência técnica, tecnológica, comercial ou de outro tipo;
 - d) a estabilidade do setor em que o ativo opera e as mudanças na demanda de mercado para produtos ou serviços gerados pelo ativo;
 - e) medidas esperadas da concorrência ou de potenciais concorrentes;
 - f) o nível dos gastos de manutenção requerido para obter os benefícios econômicos futuros do ativo e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível;
 - g) o período de controle sobre o ativo e os limites legais ou similares para a sua utilização, tais como datas de vencimento dos arrendamentos/locações relacionados;
 - h) se a vida útil do ativo depende da vida útil de outros ativos da entidade.
- (CPC 04 R1 (2010))

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), a contabilização de ativos intangíveis depende da sua vida útil, que pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados ao longo de sua vida útil, que deve ser determinada com base em fatores como fluxos de caixa futuros esperados e mudanças no mercado. Já ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são avaliados anualmente para verificar se ocorreu alguma perda no seu valor recuperável.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC 04 R1 (2010), os ativos intangíveis podem ser baixados ou alienados quando não se espera mais benefícios econômicos futuros ou por meio de uma alienação. O eventual ganho ou perda resultante da baixa de ativo intangível é determinado pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do ativo e

reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. Vale ressaltar que os ganhos não são considerados como receitas de venda. Existem diversas formas de alienação de um ativo intangível, como venda, arrendamento financeiro, doação, entre outros (CPC 04 R1, 2010, item 104).

2.3 A TRANSIÇÃO DOS BANCOS PARA O DIGITAL E SUA SEGURANÇA

A evolução da tecnologia vem beneficiando os mais diversos ramos empresariais por meio de planejamentos e estratégias com o intuito de aprimorar o atendimento ao cliente e de facilitar o comércio de produtos e serviços. Para o setor bancário, isso não poderia deixar de ser aproveitado — entretanto, os sistemas criados para este beneficiamento mostraram-se inicialmente frágeis e poderiam ser facilmente fraudados, trazendo prejuízos às instituições e aos clientes. Por isso, logo surgiu a necessidade de criar, para esta inovação, metodologias que lhe trouxessem uma maior segurança em suas operações, surgindo assim um papel a ser desempenhado pela criptografia, que representa hoje um fator de suma importância para a segurança da informação virtual e necessita ser estudada, bem como os demais métodos disponíveis (CRUZ, 2009).

A criptografia foi conceituada por Cruz (2009) como a técnica ou conjunto de técnicas que permite o emprego de chave cifradora/decifradora, tornando ininteligíveis textos em claro e, inversamente, tornando ainda inteligíveis textos cifrados, de modo que estes tornam-se protegidos contra acesso não autorizado ao seu conteúdo por terceiros.

Segundo Terra (2015), quanto à segurança da criptografia, seus métodos e chaves, observa-se que a mensagem codificada por um método de criptografia torna-se privada, somente obtendo acesso à mensagem aquele que a enviou e aquele que a recebeu. A mensagem deve poder ser assinada com o intuito de que o destinatário possa verificar se o remetente é o mesmo. Assim, compreende-se que são métodos seguros e eficientes e baseiam-se no uso de uma ou mais chaves (sequência de caracteres com letras, dígitos e símbolos, como uma senha) que podem ser convertidas em um número, que é usado pelos métodos de criptografia com o intuito de codificar e decodificar mensagens. Esses métodos podem ser subdivididos em duas grandes categorias, conforme o tipo de chave usada (chave única e chave

pública e privada).

Com o passar do tempo, surgiu a necessidade de aprimorar o sistema para garantir ao cliente maior segurança. As instituições precisaram, então, realizar avaliações contínuas quanto aos sistemas utilizados, se estes estariam oferecendo segurança e se estariam efetivamente atendendo às expectativas dos clientes em sua grande capacidade de trazer soluções e de oferecer a satisfação de seus anseios (NEUBUSER et. al, 2003).

Para garantir a segurança do cliente durante o uso do serviço bancário on-line era necessário criar uma autenticação individual que possibilitasse a confirmação da identidade de uma pessoa ou de um representante de uma entidade, garantindo assim a fonte e a origem de uma mensagem. “A autenticidade visa a assegurar a veracidade e consistência de dados e/ou informações, assim como a identidade e fidedignidade da fonte e do usuário, ou do emissor e do receptor” (CRUZ, 2009, p. 12).

Os usuários do Sistema Internet Banking (SIB) são os principais atores de contato com o sistema. Sendo vítimas de suas falhas, surgiu a necessidade de avaliar constantemente sua condição de usuário (NEUBUSER et. al, 2003).

Para aprimorar e garantir a segurança dos seus clientes, foram criadas ferramentas que individualizassem e protegessem cada um tornando seu acesso seguro. Um exemplo disso é a assinatura digital, que pode ser compreendida por meio do conceito apresentado a seguir por Cruz (2009, p. 12): “Assinatura Digital trata-se da transformação matemática de uma mensagem por meio da utilização de uma função matemática e da criptografia assimétrica do resultado desta com a chave privada da entidade assinante”.

Quanto à aplicação e o uso do serviço, é necessário que as instituições criem sistemas seguros com as devidas codificações e que, antes de colocá-las em prática, avaliem quanto a este serviço se haverá suficiente número de usuários com relação ao número de clientes interessados e beneficiados com ele, bem como se poderá oferecer ações de treinamento e divulgação do sistema, e incentivar o hábito do seu uso no cliente, garantindo-lhe segurança (NEUBUSER et. al, 2003).

Ainda quanto ao uso da criptografia para garantia de segurança dos sistemas de comunicação e serviços, deve-se saber que esta é uma ciência e uma arte que possibilita escrever mensagens cifradas ou codificadas, responsável por comunicações secretas, usadas para a autenticação da identidade de usuários de sistemas diversos, além de autenticar e garantir a proteção e o sigilo de comunicações

de transações comerciais, pessoais e bancárias, e proteger completamente a integridade de transferências de fundos realizadas por meio eletrônico (CRUZ, 2009, p. 28).

Ainda atualmente é necessário estudar em prol do aprimoramento de técnicas como a criptografia, tendo em vista que estas ainda podem ser burladas por hackers, portanto, pesquisadores continuam no estudo de aprimoramento de sistemas — como num caso de estudantes da USP de São Carlos e de Ribeirão Preto, que afirmam terem desenvolvido um novo método de criptografia que garante maior segurança às transações bancárias e no comércio virtual. O método é, segundo seus criadores, inovador devido à combinação do método tradicional de criptografia já utilizado, associado a uma parametrização dinâmica criada por meio dos denominados sistemas caóticos, sendo a primeira vez que tal método é utilizado (QUINTO, 2010).

De acordo com Tapscott (citado por Diniz, 2000), as redes de comunicação baseiam-se fundamentalmente na área denominada economia digital e a na chamada Era da Inteligência em Rede. Observa-se a existência de um entusiasmo justificado quanto as possibilidades e oportunidades emergentes relacionados à Internet, tanto para os negócios quanto para a sociedade, bem como quanto ao conhecimento de benefícios e como podem ser expandidos e alcançados.

Concluimos que os bancos vislumbram cada vez mais a identificação dos limites deste canal de relacionamento que impulsiona a área dos negócios e tem uma utilização com muito a ser aprimorado. Há uma visível tendência quanto ao uso crescente da Internet no Brasil e no mundo, acompanhando as tecnologias que evoluem a todo instante. O Brasil, que tem mais de 170 milhões de habitantes, conta com 17 milhões de acessos diários à rede (Revista Exame, 2002).

A rede bancária tem visto na Internet uma oportunidade e passou a disponibilizar aos seus clientes uma ampla gama de serviços, visando evitar que estes tenham que se deslocar até as agências e, assim, possam realizar operações a partir de suas residências ou locais de trabalho (NEUBUSER et. al, 2003).

Entre os principais impasses para que a Internet se torne mais utilizada pelos clientes do que os próprios serviços presenciais é a falta de segurança que os sistemas para Internet oferecem. Os riscos de sofrer com fraudes bancárias ainda existem e muitos programadores e analistas lutam para acabar com este problema.

2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DA QUALIDADE DAS DECISÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

Os indicadores de crédito permitem que se compreenda a medição do crédito que uma empresa possui, ou seja, qual poder monetário ela detém ou necessita para que suas obrigações sejam cumpridas. Quanto aos indicadores de rentabilidade, são métricas que demonstram o retorno financeiro dos investimentos e permitem analisar a presença ou ausência de lucro. Há diferentes formas de calcular a rentabilidade e os tipos de indicadores.

A Rentabilidade do patrimônio líquido (ROE) é uma variável que deve ser mensurada com o intuito de avaliar as possibilidades de retorno da empresa. De acordo com Gitman (1987, p. 283),

O retorno é medido pelas receitas menos os custos, enquanto o risco é medido pela probabilidade de a empresa tornar-se tecnicamente insolvente (incapaz de pagar suas contas no vencimento). O lucro de uma empresa pode ser aumentado de dois modos: 1) através de um número maior de receitas ou 2) através da redução dos custos. Os custos podem ser reduzidos, pagando-se menos por um item ou serviço, ou usando-se os recursos existentes de maneira mais eficiente. Qualquer redução nos custos deve aumentar o lucro de uma empresa. O lucro pode também ser aumentado, investindo-se em ativos mais rentáveis, que possam gerar níveis mais elevados de receitas.

A rentabilidade pode ser conceituada como o grau de êxito econômico que foi ou poderá ser obtido por uma organização ou empresa em relação ao capital que for nela investido.

Para Braga (1989, p. 30), é necessário analisar:

Lucro e/ou prejuízo de cada período que resulta da confrontação de receitas e despesas, observandose o regime de competência de exercícios. Tomado isoladamente, o lucro apenas indica o excedente das receitas sobre os custos e despesas incorridos. Podemos comparar o resultado de um exercício social com o obtido no exercício anterior ou com aquele que havia sido projetado e concluir sobre a sua evolução ou sobre o atingimento da meta proposta.

No caso de uma necessidade de mensurar a rentabilidade das operações, é necessário relacionar o lucro operacional com o valor disponível em seu ativo operacional; deste modo, é possível aferir a eficiência do gestor na administração dos recursos próprios e de terceiros, não dependendo dos custos financeiros ou ainda de demais fatores que possam estar envolvidos.

A importância do Quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos

próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas. A principal tarefa da administração financeira ainda é maximizar o valor de mercado para o possuidor das ações e estabelecer um fluxo de dividendos compensador. No longo prazo, o valor de mercado da ação é influenciado substancialmente pelo quociente de retorno sobre o patrimônio líquido (IUDÍCIBUS, 2007, P. 108).

O papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio é mostrar qual a taxa de rendimentos alternativos no mercado. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos, como caderneta de poupança, fundos de investimentos etc.

De acordo com Gitman (2008), as demonstrações e os relatórios contábeis e financeiros contêm informações que oferecem aos gestores suportes para a tomada de decisão, embasando principalmente a situação quanto ao patrimônio líquido da empresa e seu endividamento e passivo. Além de apontar os índices de rentabilidade, procuram evidenciar qual foi a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, o resultado das operações realizadas por uma organização; por isso, preocupa-se com a situação econômica da firma.

Para analisar as demonstrações, são utilizadas as demonstrações financeiras, sendo principalmente:

— Liquidez Corrente = $\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

— Liquidez Seca = $(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$

— Liquidez Geral = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$.

— Endividamento Geral: para encontrar este indicador, a empresa deve dividir o valor total de passivos pelo total de ativos e multiplicar por 100.

— Grau de Imobilização = $\text{Imobilizado} / \text{Patrimônio Líquido}$.

— Margem Operacional = $\text{Resultado Operacional} / \text{Vendas}$

— Margem Líquida = $\text{Lucro Líquido} / \text{Vendas}$

— Rentabilidade do Patrimônio Líquido: esse índice possui a capacidade de mensurar o poder de ganho dos sócios-proprietários, ou seja, o retorno ou a rentabilidade sobre o patrimônio; mostra quanto de retorno uma companhia é capaz de gerar com o capital que lhe foi aplicado pelos acionistas.

— ROE = $\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$

— ROA = $\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$

— Análise Vertical: abarca os cálculos de percentuais presentes em todas as contas e que podem ser relacionados aos grupos a que pertencem, determinando o

total do ativo e do passivo; por meio dela, é possível verificar que, como a participação de cada elemento impacta em relação ao todo, o resultado apresentado pela análise vertical necessita de uma minuciosa análise por parte do gestor em conjunto com a análise horizontal, bem como os demais índices financeiros, como liquidez, endividamento e rentabilidade.

— Análise Horizontal: se baseia na evolução dos saldos das contas ao longo do período; são comparadas as mesmas contas, em exercícios diferentes, com o intuito de analisar se os valores das demonstrações financeiras cresceram ou diminuiram quanto aos períodos anteriores.

Deste modo, é possível concluir que demonstrações financeiras e os relatórios gerenciais de todo modo são essenciais, pois suas informações possibilitam a tomada de decisão em prol de resultados que melhorem a situação financeira da empresa.

A margem bruta, por sua vez, é um indicador financeiro que permite evidenciar a porcentagem de lucro que uma empresa possui em suas vendas de produtos ou serviços, e assim mensurar a sustentabilidade e a capacidade de crescimento da organização.

A margem operacional é um índice de lucratividade que mede a eficiência operacional de uma empresa depois que o custo dos produtos vendidos e as despesas operacionais foram deduzidos da receita.

Quanto à margem de lucro líquido ou à margem líquida, é o resultado da divisão do lucro líquido da empresa pela receita líquida, posteriormente calculada após a dedução de todos os impostos e tributos.

Os Demonstrativos de Resultado do Exercício (DRE) tratam-se de instrumentos em forma de relatórios, utilizados para expor a quem possa interessar (em geral sócios, proprietários, gestores) quanto a uma análise conclusiva que deve ser elaborada com base em determinados exercícios (períodos) de uma organização.

Para Tavares (2012, p. 1), a “Demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório contábil elaborado em conjunto com o balanço patrimonial, que descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período”.

Segundo Padoveze e Benedicto (2014), a DRE deve ser clara e objetiva, e deve conter a avaliação sobre situação em que a empresa se encontra.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) pode ser conceituada como uma demonstração contábil diligente destinada a corroborar a concepção do resultado líquido em um período, por meio da comparação das receitas, gastos e

resultados, acurados seguindo o princípio contábil “regime de competência”, sendo, portanto, capaz de fornecer informações de suma importância que colaborem com a tomada de decisão (BELLALIAN, 2013).

Ainda de acordo com Belallian (2013), a DRE proporciona um apanhado financeiro quanto aos resultados funcionais e não operacionais de uma organização dentro de um determinado período, ainda que sejam formadas anualmente para fins legais, em divulgações feitas mensalmente com finalidade administrativa e trimestralmente para fiscais.

O Plano de Contas consiste na listagem das contas estabelecidas de forma prévia e que norteiam os processos gerenciais e contábeis de registro de fatos e atos quanto à organização, servindo de parâmetro para que possam ser devidamente elaboradas as demonstrações contábeis.

O plano de contas tem como principais objetivos:

- O atendimento das necessidades de informação da gestão desta organização;
- Possibilitar a observação do formato compatível com os princípios de contabilidade de acordo com as normas e legislações pertinentes à elaboração do balanço patrimonial e todas as demonstrações contábeis restantes, conforme consta na Lei N.º 6.404/76;
- Promover a adaptação da empresa quanto às exigências dos agentes externos, com foco especial para a legislação do Imposto de Renda.

A DRE é composta pelos grupos de contas a seguir:

- Receita Líquida
- Lucro Bruto
- Lucro Operacional
- Lucro Antes do Imposto De Renda
- Lucro Depois do Imposto De Renda
- Lucro Líquido (BARBOSA, 2016).

De acordo com Zanluca (2015, p. 1):

A montagem de um Plano de Contas deve ser personalizada, por empresa, já que os usuários de informações podem necessitar detalhamentos específicos, que um modelo de Plano de Contas geral pode não compreender. Seu principal objetivo é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização.

De um modo geral é possível definir o fluxo de caixa como uma ferramenta de gestão financeira para as empresas. Através dele é possível visualizar de forma clara e real a completa movimentação financeira da empresa, tanto diariamente como mensal e anualmente, além de recebimentos e pagamentos realizados, bem como as formas com as quais foram realizados — se em espécie, a prazo, cheques ou cartões de crédito. É importante enfatizar que o fluxo de caixa não é apenas o instrumento de gestão financeira que oferece ao gestor a visão de entradas e saídas, mas reflete a situação da empresa, podendo prever possíveis problemas futuros ou a disponibilidade financeira para reservas e futuros investimentos (ASSAF NETO E SILVA, 2002).

O fluxo de caixa necessita de uma adequada gestão financeira pois, caso esta seja ineficiente, pode acarretar uma série de problemas que colocam a organização em risco, caso a empresa venha apresentando problemas financeiros e prejuízos e não houver um diagnóstico por parte do administrador financeiro. A falta de um fluxo de caixa gera dificuldades e complicações catastróficas na gestão financeira, já que, caso não haja uma visualização das entradas e saídas, podem ocorrer tanto excessos em alguns períodos, o que poderia ser convertido em investimento, quanto faltas relevantes em outros períodos. O fluxo de caixa é indispensável, pois, por meio da análise constante da situação financeira, a empresa pode se antecipar e planejar tanto o uso de dinheiro em caixa disponível como se preparar para a possível falta de dinheiro em caixa, o que pode levar empresas a contrair débitos ou até mesmo levá-la à inadimplência, caso não consiga cumprir com seus compromissos financeiros, além de trazer a necessidade de contrair ainda mais dívidas, como empréstimos buscados em outras instituições (ASSAF NETO E SILVA, 2002).

Para o fluxo de caixa há inúmeros conceitos dos mais diversos autores, bem como definições de seus objetivos e afirmações de sua importância e indispensabilidade. Quanto ao conceito de fluxo de caixa, destaca-se em primeiro lugar que foi criado pela administração financeira. Para esta, o fluxo de caixa é um dos instrumentos mais necessários e utilizados para a realização de uma gestão empresarial eficiente.

O fluxo de caixa é a ferramenta que relaciona as entradas e desembolsos financeiros pelo caixa da empresa em um determinado período. O fluxo de caixa é considerado e avaliado como um instrumento de uso do gestor financeiro, com o intuito de aprimorar os resultados de entradas e de saídas financeiras da empresa,

para fins de avaliação de incidência de saldo positivo ou negativo de caixa em função do controle do seu nível de acordo com a necessidade e idealização da organização. O fluxo de caixa é considerado a ferramenta da administração financeira indispensável que projeta, controla e avalia lucros e despesas e investimentos (SILVA, 2005).

O fluxo de caixa incide numa representação gráfica e cronológica de entradas e saídas de recursos monetários, permitindo às empresas efetuar suas programações financeiras e operacionais, projetadas para certo período de tempo. (SILVA, 2006, p.15)

Assaf Neto e Silva (2002) citam que o fluxo de caixa é de suma importância no processo de tomada de decisões financeiras, destacando-se como um instrumento que possibilita o controle e planejamento dos recursos de uma organização.

A análise de investimentos embasa as decisões de aplicação de recursos com prazos longos (superior a um ano) visando propiciar retorno aos proprietários desse capital, e deve considerar se o investimento futuramente “vai se pagar”, se haverá aumento de riqueza dos acionistas, e se é a melhor alternativa de investimentos. Essa análise é geralmente embasada nas demonstrações contábeis da empresa e conta com indicadores financeiros como Payback, Payback descontado, Valor presente líquido – VPL e Taxa interna de retorno – TIR.

A análise vertical das demonstrações financeiras trata-se de uma técnica que acompanha as demonstrações por meio de uma leitura como a dos próprios olhos, ao lerem de cima para baixo; neste caso, em proporção de uma determinada grandeza.

Nascimento (2015) conceitua a análise vertical como uma metodologia que tem por objetivo apontar a participação de cada conta quanto ao total do ativo ou passivo, o que varia em cada caso. O autor afirma, ainda, que “em termos das Contas de Resultado (Receitas e Despesas) o comparativo se dá comparando cada conta em relação às Receitas Operacionais Líquidas (ou seja Receita Bruta menos Deduções de Devoluções e Impostos)” (p. 1).

No caso do Balanço Patrimonial, observa-se que a análise vertical abarca os cálculos de percentuais presentes em todas as contas que podem ser relacionadas aos grupos a que pertencem, determinando o total do ativo e do passivo (CAVALCANTE, 2014).

Essa análise tem como principal objetivo demonstrar a importância de cada

conta, e como estas impactam e interferem na demonstração financeira da qual fazem parte. Pode ser feita em qualquer tipo de demonstração financeira e sua plenitude é alcançada quando se elabora a Demonstração do Resultado do Exercício. A análise vertical pode ainda possibilitar às empresas um acompanhamento eficaz quanto ao percentual de participação de cada uma das despesas apontadas na conta quanto ao Valor Bruto das Vendas, de modo que este percentual não influencie no Resultado do Exercício, e acaba por ultrapassar os limites orçados (CAVALCANTE, 2014).

A análise vertical é feita com a participação de todas as contas que compõem o total do ativo ou passivo, realizando uma comparação com as contas Contas de Resultado (Receitas e Despesas) e quanto às Receitas Operacionais Líquidas (Receita Bruta — Deduções de Devoluções e Impostos). Estas possibilitam a análise dos resultados, observando se há ou não viabilidade e lucros no processo do período.

Tavares (2012) afirma que as demonstrações e relatórios contábeis de análise têm a função de avaliar a saúde financeira de uma organização. Estes geralmente são detalhados e proporcionam aos gestores relevantes informações fundamentais para tomada de decisão empresarial. Sem essas informações, não é possível que o gestor avalie de forma apropriada a realidade da organização em questão.

Atinkson (2000) afirma que os relatórios gerenciais devem conter informações que ofereçam aos gestores suportes para a tomada de decisão, embasando principalmente a situação quanto ao patrimônio líquido da empresa e seu endividamento e passivo.

Para Ludibicus (1995), os relatórios devem apontar os índices de rentabilidade e procuram evidenciar qual foi a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, o resultado das operações realizadas por uma organização; por isso, preocupa-se com a situação econômica da firma.

Este mesmo autor observa que:

O melhor conceito de "dimensão" poderá ser ora volume de vendas, ora valor do ativo total, ora valor do ativo operacional, ora valor do patrimônio líquido, ora valor do capital social etc. Todos têm suas vantagens e desvantagens (1995, p.90).

Deste modo, é possível concluir que os relatórios gerenciais de todo modo são essenciais, pois suas informações possibilitam a tomada de decisão em prol de resultados que melhorem a situação financeira da empresa.

2.5 NOTAS EXPLICATIVAS APLICADAS AO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

As notas explicativas visam complementar as demonstrações financeiras de uma organização, sendo disclosure, conforme conceitua Bravo (2016), abordando diversos tipos de informações que geram impactos diversos nos mercados.

O CPC 07 (2010) define que as notas explicativas precisam seguir uma ordem de apresentação para seus itens, apresentando as atividades operacionais e os dados organizados conforme a importância dos elementos e se limitar às informações necessárias e fundamentais para melhoria da forma como o usuário toma suas decisões.

O intuito das NEs é tornar claros os critérios contábeis aplicados pelas empresas e auxiliar na compreensão dos relatórios contábeis, citando sempre o ativo intangível e fornecendo detalhes para análise com investimento com informações qualitativas e quantitativas que esclareçam a situação patrimonial e o resultado do exercício (BRASIL, 1976).

Elas permitem apreciar a substância dos investimentos com explicações narrativas com base em alguns atributos básicos, fornecendo informações para todos interessados na situação da companhia com transparência à situação econômica da empresa (ARAÚJO, 1999).

As NEs possuem grande relevância e apresentam a vantagem de divulgar informações qualitativas dos relatórios contábeis, pela apresentação de informações narrativas que proporcionam clareza e permitem identificar as fontes de geração de valor representadas nas demonstrações financeiras (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009).

As notas explicativas são relevantes e significativas na complementação das demonstrações financeiras, o que permite assegurar um maior detalhamento sobre suas informações (BORTOLI, ORTH E LERNER, 2019).

Araújo (1999, p. 9) define que o uso de notas para compor contas auxilia a estética do balanço, apresentando os detalhes necessários que são expostos por meio da nota explicativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A metodologia é uma técnica usada para investigar um determinado assunto que consiste em uma realidade empírica e com pensamentos sobre a realidade, que cuida dos procedimentos e caminhos da pesquisa que será estudada (HENRIQUES, 2017).

Para Bervian (1983), a metodologia é uma ordem que deve ser seguida para atingir um fim dado ou um resultado desejado, visto que isso engloba um conjunto de procedimentos que devem ser anotados pelo estudante.

A metodologia de um trabalho científico tem como principal objetivo fornecer um guia para o pesquisador seguir durante a realização da investigação, permitindo que os objetivos pretendidos sejam alcançados.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Uma classificação de pesquisa largamente utilizada é a que divide as pesquisas em quantitativas e qualitativas (SEVERINO, 2016).

A pesquisa quantitativa enfatiza as medidas e a análise estatística, matemática ou numérica dos dados coletados por meio de pesquisas e questionários ou pela manipulação de dados estatísticos para estabelecer padrões ou para comprovar teorias (PODRANOV; FREITAS, 2013). Por outro lado, a pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que depende da coleta de dados verbais, comportamentais ou observacionais que podem ser interpretados de forma subjetiva. Ela tem um amplo escopo e é normalmente usada para explorar as causas de possíveis problemas que possam existir nos elementos da amostra que estão sendo foco do estudo, não necessariamente aplicando generalização a toda população (HENRIQUES, 2017).

O presente estudo aponta como melhor escolha metodológica a pesquisa quali-quantitativa. A etapa quantitativa utilizará os dados provenientes das demonstrações contábeis, sendo estes dados analisados por intermédio de técnicas e software estatísticos. A etapa qualitativa será composta pela análise dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade, registros contábeis, entre outros.

Os dados foram coletados de forma manual no site de cada empresa e

registrados em planilha eletrônica. Também foi aplicada uma checklist para análise da divulgação do ativo intangível de cada empresa.

A análise das divulgações relativas ao ativo intangível consistiu em verificar como as empresas divulgaram o ativo em suas demonstrações e notas explicativas ao longo do período analisado, com o objetivo de identificar o comportamento do ativo intangível de cada empresa.

3.2 TIPOS DE PESQUISA

Gil (2002) define a pesquisa como o procedimento lógico e sistemático que tem como finalidade proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa, partindo de seus objetivos (PODRANOV, FREITAS, 2013).

Segundo Henriques (2017), a pesquisa descritiva expõe características de uma população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis. Em geral, estuda as características de um grupo, distribuindo seus critérios estabelecidos, como idade, sexo, estado civil, nível de escolaridade, nível de renda. Pode também estudar sobre o grau de satisfação da população em determinado assunto ou de um produto oferecido no mercado. Segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Segundo Gil (2002, p. 41), pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, e incluem levantamento bibliográfico e entrevistas. O mesmo autor (p. 42) ressalta que o estudo descritivo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

O presente estudo utilizará uma pesquisa exploratória-descritiva, onde os dados serão extraídos do balanço patrimonial, compreendendo uma análise dos fatos sem alterá-los, explicando como uma variável se correlaciona com a outra.

3.3 TÉCNICA DE PESQUISA

A técnica de pesquisa compreende um levantamento de dados de diversas fontes; independentemente dos métodos e técnicas aplicadas, as informações coletadas trazem conhecimentos, evitam possíveis duplicações e ainda sugerem problemas e criam hipóteses, orientando até mesmo outra fonte de coleta. Esta é a etapa da pesquisa responsável pela coleta de informações iniciais sobre o problema de pesquisa. Nesse sentido, o levantamento de dados é feito de duas maneiras: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A pesquisa documental relaciona-se com sua fonte de pesquisa ser restrita a dados extraídos de pesquisa de campo, como questionário e entrevistas. Sendo assim, são dados criados a partir da pesquisa do pesquisador, constituindo as chamadas fontes primárias, sendo feitas no ato em que o fato ocorre ou depois (MARCONI, LAKATOS, 2003).

Segundo Boccato (2006, p. 266),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

A pesquisa documental é bastante parecida com a bibliográfica, porém, o que diferencia uma da outra é a natureza das fontes. Na pesquisa bibliográfica existe a contribuição de diversos autores sobre o tema abarcado, atentando para fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico; assim, as fontes são primárias.

Define-se pesquisa bibliográfica como “a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres” (KÖCHE, 2015, p. 122).

Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a documental têm o documento como fonte ou objeto de investigação. Porém, o conceito de documento vai além de textos escritos ou impressos, podendo também utilizar filmes, vídeos, slides, fotografias e pôsteres. Tais documentos são usados como fonte de informação e esclarecimento para aclarar determinadas questões, e também para servir de prova para outras

questões (FIGUEIREDO, 2007).

Diante dos assuntos apresentados acima, a pesquisa apresentada é bibliográfica — pois apresentará fontes secundárias, que são dados retirados de livros e artigos, entre outros — e documental, por usar dados extraídos das denominadas fontes primárias (HENRIQUES, 2017), ou seja, fontes inéditas — nesse caso, serão dados extraídos da BM&F Bovespa em conjunto com os Relatórios de Relação com Investidores nos períodos estudados.

3.4 AMOSTRAGEM DOS DADOS

O estudo utiliza a amostra não probabilística por julgamento. Os dados da amostra foram colhidos de forma manual e tabulados por meio do software Excel. Os arquivos foram abertos, um a um, de cada empresa e ano; as informações da checklist foram buscadas nas notas explicativas e identificou-se se estavam ou não descritas. Com isso, foi feita a somatória de cada item divulgado e não divulgado e calculada uma média geral a fim de analisar o percentual geral de divulgação de cada item.

Segundo Bussab (2017), a amostra é escolhida de acordo com o critério, buscando julgar para selecionar os membros de uma população intencionalmente. Estão agrupadas nos estudos as empresas do setor bancário listadas em bolsa de valores (B3). O período de estudo é de 2019 a 2022, tendo em vista que estão sendo utilizados como base de estudo os dados divulgados pelas empresas em suas demonstrações contábeis, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Composição da amostra do estudo

| Seleção de empresas da amostra | |
|--|----|
| Número de bancos listados na BM&FBOVESPA | 28 |
| Seleção de empresas dentro dos critérios (CheckList) | |
| Identificação e classificação do ativo intangível, como patentes, marcas registradas, softwares, direitos autorais, entre outros | |
| O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada | |
| Conciliação do valor contábil inicial e no final do período | |
| Adições geradas por desenvolvimento interno | |
| Adições adquiridas por meio de combinações de negócios | |
| Redução por desvalorização de ativos | |
| Prazo de vida útil dos ativos intangíveis | |
| Forma de amortização | |

| |
|--|
| Análise das divulgações e notas explicativas nas demonstrações financeiras do banco referentes aos ativos intangíveis |
|--|

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no CPC 04 e checklist utilizado por empresa KPMG (2023).

3.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população-alvo compreende as instituições financeiras do segmento "Bancos" listadas no site da B3 S/A, totalizando 28 instituições bancárias, conforme quadro 2.

Quadro 2 - População do estudo

| Bancos que serão analisados, listados na B3 |
|--|
| Alfa Holdings S.A |
| Banco BMG S.A |
| Banco Modal S.A |
| Banestes S.A – BCO EST ESPIRITO SANTO |
| BCO ABC BRASIL S.A. |
| BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. |
| BCO AMAZONIA S.A. |
| BCO BRADESCO S.A. |
| BCO BRASIL S.A. |
| BCO BTG PACTUAL S.A. |
| BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE |
| BCO ESTADO DO PARA S.A. |
| BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. |
| BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A. |
| BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. |
| BCO NORDESTE DO BRASIL S.A. |
| BCO PAN S.A. |
| BCO PINE S.A. |
| BCO SANTANDER (BRASIL) S.A. |
| BCO SOFISA S.A. |
| BR ADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A. |
| BRB BCO DE BRASÍLIA S.A. |
| CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BCO MULTIPLO S.A. |
| INTER CO INC |
| ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. |
| ITAUSA S.A. |
| NU HOLDINGS LTD. |
| PARANA BCO S.A. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

3.6 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS

A quantificação se deu pela soma das nota dadas. Foi atribuída nota 01 para empresas que apresentaram os dados necessários; já para as empresas que não se enquadram na checklist apresentada, foi atribuída nota 02 para cada um dos fatores analisados. Os resultados foram posteriormente transformados em porcentagem de dados apresentados e não apresentados para cada banco e ano.

Foi analisado se cada um dos itens da checklist havia sido apresentado ou não, com a técnica de porcentagem e média, e não foram aplicados padrões e tendências além destes.

Assim, foi possível responder ao problema e aos objetivos com dados de porcentagem, de apresentação ou não apresentação de dados com exatidão. A escolha da amostra por julgamento considerou a necessidade de exclusão de bancos cujos relatórios não possuíam informações necessárias para aplicação do estudo, que reconhecem o Ativo Intangível e Imobilizado na mesma conta: aqueles que não apresentam informações sobre 4T 2020 e 4T 2021, que não sejam brasileiros, mas BDR negociado no Brasil, e aqueles que não negociam suas ações no Brasil, aqueles que não apresentam notas explicativas ou apresentam informações incompletas, visto que afetariam o resultado.

A representatividade da amostra abarca todas as instituições que apresentam os dados eleitos para o checklist e listados na B3, e não houveram grandes limitações ou vieses, nem mesmo generalização dos resultados. Assim, espera-se que os seus resultados possam trazer contribuições tanto para as instituições, visando a padronização de suas notas explicativas, quanto implicações na prática para a análise dos investidores.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A parte preliminar dos resultados da pesquisa consistiu em analisar o Balanço Patrimonial e as notas explicativas específicas do grupo de ativo intangível divulgados pelos bancos brasileiros listadas na B3 no período de 2019 a 2022, tendo como coleta de dados o período entre o período de 01 de agosto a 31 de outubro.

Após essa análise preliminar, os resultados foram categorizados a fim de descrever os ativos intangíveis propostos no objetivo geral.

No Quadro 1 apresentam-se os resultados do ativo intangível dos bancos selecionados de acordo com o estudo e coleta dados:

Quadro 3 - Resultados da pesquisa

| Nº | Empresa | Item | Média de divulgação |
|----|------------------------|--|---------------------|
| 1 | % TOTAL DE DIVULGAÇÕES | Identificação e classificação do ativo intangível, como patentes, marcas registradas, softwares, direitos autorais, entre outros | 93% |
| 2 | | O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada | 87% |
| 3 | | Conciliação do valor contábil inicial e no final do período | 87% |
| 4 | | Adições geradas por desenvolvimento interno | 47% |
| 5 | | Adições adquiridas por meio de combinações de negócios | 47% |
| 6 | | Redução por desvalorização de ativos | 73% |
| 7 | | Prazo de vida útil dos ativos intangíveis | 67% |
| 8 | | Forma de amortização | 53% |
| 9 | | Análise das divulgações e notas explicativas nas demonstrações financeiras do banco referentes aos ativos intangíveis | 93% |

Fonte: Do autor, (2023).

Através da amostra analisada, foi possível obter informações de 15 instituições financeiras. Aplicando a checklist, foi possível observar que as instituições financeiras possuem um padrão quanto à divulgação de suas informações ao mercado e ao investidor — ou seja, no período analisado, nenhuma instituição apresentou variação quanto às informações apresentadas, com isso, as empresas que não apresentavam a vida útil de seus ativos em 2019 também não apresentaram a vida útil dos ativos nos anos subsequentes, e assim por diante para

os demais itens.

Com isso, com base nos dados coletados do presente estudo, os itens que tiveram baixo índice de apresentação foram: 1 — adições geradas por desenvolvimento interno no ativo intangível; 2 — adições por combinações de negócios, onde não foram especificados pelas empresas em suas notas explicativas e nem em suas demonstrações.

Estes dois itens são considerados dados importantes para tomadas de decisões, pois o investidor consegue ter uma visão holística de aquisições ou desenvolvimento interno da empresa.

Quanto à identificação e à classificação do ativo intangível, como patentes, marcas registradas, softwares, direitos autorais, entre outros do total de bancos analisados, 93% deles apresentaram tais informações.

Quanto à apresentação do valor contábil bruto e eventual amortização acumulada, 87% dos bancos citaram tal informação. Quanto à conciliação do valor contábil inicial e no final do período, somente 87% apresentaram tal informação.

Quanto às adições geradas por desenvolvimento interno e a forma de amortização, apenas 47% apresentaram a informação, e quanto às adições adquiridas por meio de combinações de negócios, houve o mesmo percentual, sendo um parâmetro de baixíssima apresentação entre os bancos.

Quanto à redução por desvalorização de ativos, 73% dos bancos apresentaram tal análise, e quanto ao prazo de vida útil dos ativos intangíveis, 67% deles. Quanto à análise das divulgações e notas explicativas nas demonstrações financeiras do banco referentes aos ativos intangíveis, dentre o total de bancos, 93% apresentaram tais informações.

Os bancos apresentaram breve detalhamento da movimentação ocorrida na conta do ativo intangível, como aquisições, transferências, baixas e amortização, sem informações específicas sobre itens adquiridos no seu intangível e nem mencionaram a forma como ocorreram suas aquisições.

Muitas empresas optam por não estabelecer uma única fórmula de amortização e vida útil para todos os ativos intangíveis listados em suas demonstrações financeiras. Em vez disso, elas determinam a vida útil de forma individual, levando em consideração as particularidades de cada ativo, frequentemente vinculadas a contratos ou acordos específicos associados a esses ativos. Além disso, essas empresas realizam avaliações periódicas de seus ativos

para verificar se a vida útil atualmente estabelecida continua sendo apropriada ou se pode ser considerada indefinida.

Essa prática não apenas reflete a diversidade e complexidade dos ativos intangíveis, mas também permite que as empresas se ajustem às características únicas de cada ativo em seu portfólio. Esses procedimentos estão em conformidade com as normas contábeis e regulamentações aplicáveis em sua jurisdição, garantindo assim que as informações apresentadas nas demonstrações financeiras sejam precisas, transparentes e representem fielmente a realidade dos ativos intangíveis da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intangibilidade é um dado de grande relevância para os investidores, porém, ainda há empresas financeiras que não registram seus intangíveis no balanço patrimonial de forma detalhada, com a devida dedução da amortização acumulada, ou explicam-se quanto aos investimentos em novas aquisições de ativo intangível, aquisições e amortizações em suas notas explicativas de forma consistente e completa.

Os intangíveis estruturais, ágios e de inovação mostraram-se os mais evidenciados. A amostra foi composta por quinze instituições financeiras do mercado de capitais brasileiro.

Analisou-se, assim, quais empresas apresentaram informações quanto aos ativos intangíveis em suas notas explicativas no ano de 2019 a 2022, e a composição das notas explicativas, com informações breves e superficiais, mesmo sendo de grande relevância, especialmente para o investidor.

Deve-se ainda buscar compreender o comportamento dos agentes de mercado (investidores e analistas) e os indicadores de ativos intangíveis utilizados em sua avaliação na decisão de comprar os ativos com maiores ou menores níveis de intangibilidade.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Pedro Duarte. *A divulgação dos ativos intangíveis por instituições bancárias*. 2022. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

ALMEIDA NETO, Antônio Pedro de. *Tecnologia Bancária: A Evolução Digital no Setor Bancário Brasileiro*. Campina Grande, 2018.

ALFA HOLDINGS S.A. *Balanço financeiro*. 2022. Disponível em: https://bancoalfa.com.br/institucional/downloads/1_3873.pdf. Acesso em: 02/09/2023.

_____. *Balanço financeiro*. 2021. Disponível em: https://bancoalfa.com.br/institucional/downloads/1_3873.pdf. Acesso em: 02/09/2023.

_____. *Balanço financeiro*. 2020. Disponível em: https://bancoalfa.com.br/institucional/downloads/1_3873.pdf. Acesso em: 02/09/2023.

_____. *Balanço financeiro 2029*. Disponível em: https://bancoalfa.com.br/institucional/downloads/1_3873.pdf. Acesso em: 02/09/2023.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: abordagem moderna e completa*. – 9. ed. – [2. Reimpr.] – São Paulo: Atlas, 2019

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. *Demonstrações Financeiras Individuais Balanços Patrimoniais*. 2022. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45843/2191584/Demonstra%C3%A7%C3%B5es+Financeiras+-+Posi%C3%A7%C3%A3o+31.12.2022.pdf/5f03060b-55e5-2fd6-6b8d-4237e91a962b?version=2.0&t=1677624459873>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Demonstrações Financeiras Individuais Balanços Patrimoniais*. 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/demonstracoes-financeiras> . Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Demonstrações Financeiras Individuais Balanços Patrimoniais*. 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/demonstracoes-financeiras> . Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Demonstrações Financeiras Individuais Balanços Patrimoniais*. 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/demonstracoes-financeiras> . Acesso em: 03/09/2023.

BANCO BMG S.A. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras*. 2022. Disponível em: <https://bancobmg.mzweb.com.br/central-de-downloads/>. Acesso em: 02/09/2023.

Banco BMG S.A. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras*. 2021. Disponível em: <https://bancobmg.mzweb.com.br/central-de-downloads/>. Acesso em: 02/09/2023.

_____. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 2020*. Disponível em: <https://bancobmg.mzweb.com.br/central-de-downloads/>. Acesso em: 02/09/2023.

_____. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras*. 2019. Disponível em: <https://bancobmg.mzweb.com.br/central-de-downloads/>. Acesso em: 02/09/2023.

BERVIAN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1987

BCO SANTANDER (BRASIL) S.A. *Divulgação de resultados 4º trimestre 2022*. Disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/resultados>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Divulgação de resultados 4º trimestre 2021*. Disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/resultados>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Divulgação de resultados 4º trimestre 2020*. Disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/resultados>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Divulgação de resultados 4º trimestre 2019*. Disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/resultados>. Acesso em: 03/09/2023.

BITTENCOURT, Pedro Duarte. *A divulgação dos ativos intangíveis por instituições bancárias*. 2022. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

BR ADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022*. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/f4c9c74c-60bd-49b4-9fdf-007fb8f0f351/1153c7db-fad8-4236-be41-393dc88aef12?origin=1>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021*. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/f4c9c74c-60bd-49b4-9fdf-007fb8f0f351/1153c7db-fad8-4236-be41-393dc88aef12?origin=1>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro*

de 2020. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/f4c9c74c-60bd-49b4-9fdf-007fb8f0f351/1153c7db-fad8-4236-be41-393dc88aef12?origin=1>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019*. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/f4c9c74c-60bd-49b4-9fdf-007fb8f0f351/1153c7db-fad8-4236-be41-393dc88aef12?origin=1>. Acesso em: 03/09/2023.

BRB – Banco de Brasília S.A. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercício findo em 31 de dezembro de 2022*. Disponível em: <https://vipfiles.valor.com.br/BDEmpresas/660790.pdf>. Acesso em: 03/09/2023.

_____. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercício findo em 31 de dezembro de 2020*. Disponível em: https://www.brbservicos.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Demonstracoes_Contabeis_2020.pdf. Acesso em: 03/09/2023.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRANDT, Carlos Eduardo. *Crescimento do PIX – Suno notícias*. Disponível em: <https://www.suno.com.br/tudo-sobre/carlos-eduardo-brandt/>. Acesso em 11 de março de 2023.

CARDOZO, Francisca Marilane Menezes. *Análise de investimento do ativo intangível dos bancos brasileiros no período de 2018 a 2021*. 2022. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2022.

COMITE DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL. *Pronunciamento 80*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 11 de março de 2023.

_____. *Pronunciamento 35*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>. Acesso em 13 de março de 2023.

DUARTE, Bittencourt Pedro; DE ALBUQUERQUE, Cíntia de Melo Ribeiro. Divulgação dos Intangíveis pelas Instituições Bancárias Brasileiras. *Pensar Contábil*. Edição Especial de 2022, Vol. 25, pág. 3-10. 20h.

FEITOSA, Conceição de Maria Graça Barros. *Transformação digital: o impacto das fintechs na performance financeira do mercado bancário brasileiro*. BRASÍLIA/DF, 2020.

FEBRABAN. Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2022 - Volume 2: Investimentos em Tecnologias. *FEBRABAN NEWS*, São Paulo, maio2022. Disponível em: portal.febraban.org.br/pagina/3106/48/pt-br/pesquisa. Acesso em: 11 mar. 2023.

FIGUEIREDO, N.M.A. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. *Metodologia científicana pesquisa jurídica*. Grupo Gen-Atlas, 2017.

HONORIO, Filippi Mickael Martini. *Adição do fator ativos intangíveis ao modelo de precificação de ativos de fama & french*. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KANE, C. et al. Achieving digital maturity. *MIT Sloan Management Review*, v. 59, n. 1, 2017.

KPMG. *Checklist de divulgação dos CPCs e IFRSs 2019*. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/01/br-checklist-divulga%C3%A7%C3%A3o-cpc-ifrs%202019.pdf>. Acesso em 12 de nov. 2023.

MARIN, Julia Karsburg. *Análise do reconhecimento contábil de ativos intangíveis em empresas brasileiras do setor financeiro*. 2014. 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MARINS, Victor de Sena. *Impacto da Covid/19 na performance do setor bancário brasileiro* [manuscrito]. – 2022. 61 f.: il. Orientador: José Roberto de Souza Francisco. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, n. 40, p. 7-24, 2006.

SEVERINO, S. S. P., & Pestana, H. C. F. C. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, v. 1, n. 1, p. 45-54, 2018

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Editora Feevale, 2013.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 14. ed. rev. amp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

SILVA, J. P. *Gestão e análise de risco de crédito*. 8. ed. Adaptada à NovaLei de Recuperação e Falências. São Paulo: Atlas, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A

No quadro 3, foi necessário a exclusão de algumas instituições por falta de informações ou informações incompletas. O Quadro 4 abaixo irá apresentar quais foram os bancos excluídos do presente estudo:

| Instituição | Justificativa para exclusão |
|-------------------------|---|
| ALFA HOLDING S.A | Banco não possui informações necessárias para aplicação do estudo |
| BANCO MODAL S.A | Banco não possui informações necessárias para aplicação do estudo |
| BCO ABC BRASIL S.A. | Reconhece Ativo Intangível e Imobilizado na mesma conta. |
| BCO ESTADO DO PARA S.A. | Não constam informações sobre 4T 2020 e 4T 2021. |
| NU HOLDINGS LTD. | Não é brasileiro, é BDR negociado no Brasil. |
| INTER CO INC | Deixou de negociar suas ações no Brasil. |
| BANCO SOFISA | Banco apresenta apenas os resultados, não possui notas explicativas |
| BANCO ADVISORY | Banco não possui informações sobre o 4T 2019 (informações incompletas) |
| BANCO DE BRASÍLIA | Banco não possui informações necessárias para aplicação do estudo |
| BANCO BRADESCO | Até a data do dia 31/10/2023 não foi possível abrir as informações dentro do site |

Quadro 4- Exclusões

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2023.